

Eixo Temático

3- Educação no Campo, Marxismo, Trabalho e Formação Humana

Título

AS PARCERIAS AGROINDUSTRIAIS NO CONTEXTO DA REFORMA AGRÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO NO ASSENTAMENTO GUARANI

Autor(es)

José Leite dos Santos Neto
Manoel Nelito Matheus Nascimento

Instituição

Universidade Federal de São Carlos

E-mail

jlsn@usp.br
mnelito@ufscar.br

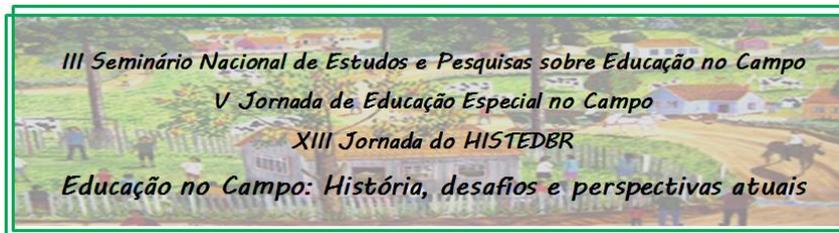
Palavras-chave

Trabalho; Educação; Educação no Campo e Parcerias Agroindustriais.

Resumo

O presente trabalho apresenta parte da dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de São Carlos, do Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE e discute questões referentes aos assentamentos de reforma agrária que têm se configurado como um território em disputa pelo capital por meio das parcerias agroindustriais, legalizadas pela Portaria Estadual 77/2004, que permitem o cultivo de lavouras para fins agroindustriais nos assentamentos estaduais do Estado de São Paulo, dando um novo direcionamento para os assentamentos. A pesquisa de campo foi realizada no Assentamento Guarani situado na cidade de Pradópolis –SP, que tem uma parceria agroindustrial com a Usina São Martinho. Neste artigo, apresenta-se o processo de luta pela terra do deste assentamento, bem como os percursos do mesmo. A partir da realidade imediata dos assentados, constata-se que os projetos de parcerias agroindustriais surgem após um processo de esgotamento de todas as possibilidades de desenvolvimento dos assentados. São alternativas contraditórias diante do processo de luta pela terra que educam o sujeito nas suas condições imediatas, isto é, neste trabalho abordaremos como o sujeito se educa neste processo de parceria e como este processo de parceria educa o sujeito. Concluimos que as parcerias agroindustriais surgem nos

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



assentamentos após um processo de esgotamento de todas as possibilidades para o desenvolvimento do lote e que se caracterizam como alternativas contraditórias do processo de luta pela terra, mas, são aceitas devido as precárias condições socioeconômicas dos sujeitos.

Texto Completo

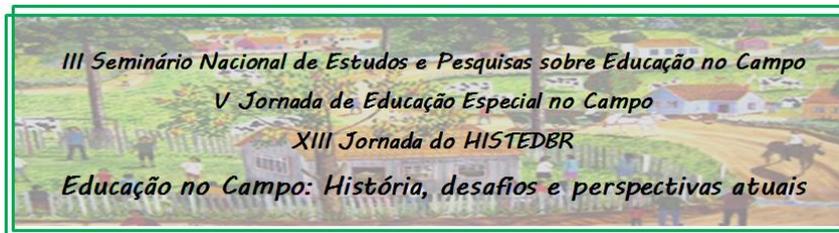
Este artigo tem como objetivo apresentar aspectos fundamentais da luta pela terra no Brasil, para uma melhor compreensão deste processo no âmbito das contradições do capitalismo e entendimento de como surgiram os grupos que lutam contra as desigualdades, na busca de justiça social.

Para compreender o processo de luta pela terra no Brasil, faz-se importante discutir como a reforma agrária é vista no país e de que forma é conduzida. Há divergências na compreensão sobre esta questão, pois a reforma agrária não se resume a mera distribuição de terras. Financiamentos, assistência técnica, escoamento de produtos são questões relativas a efetivação de fato da reforma agrária.

Quando falamos de campo ou camponês, não podemos ter uma visão homogênea destes. Ribeirinhos, assentados, quilombolas, pequenos produtores se constituem na sociedade com objetivos diversos, nem sempre próximos. Mesmo tratando-se de assentamentos, as realidades são bem diversificadas. Assentamentos que possuem a presença de movimento social diferem totalmente de movimentos organizados por sindicatos. Embora em ambos existam pontos que agreguem interesses, isso não é determinante para a direção que cada um segue. O Assentamento Guarani se insere na categoria de assentamentos sem a presença de movimentos sociais e grupos dirigentes.

Dada as condições do capitalismo, os assentamentos se constituem a partir de um movimento de contradição no processo de luta pela terra, com a finalidade de afirmar a função social da terra, para trabalhar e produzir sua existência. Quando o assentamento se constitui, após a desapropriação das terras para fins de reforma agrária, os conflitos mudam, gerando contradições com os interesses iniciais. Nas condições impostas, a submissão ao capital é inevitável. O trabalho do camponês, queira ou não, está submetido aos interesses capitalistas, seja por meio de financiamentos ou mesmo na comercialização dos produtos. Assim, busca-se entender este processo e de forma mais

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



específica a luta pela terra no Assentamento Guarani, que são marcadas pelas injustiças sociais e a necessidade de sobrevivência.

A luta pela terra e a reforma agrária

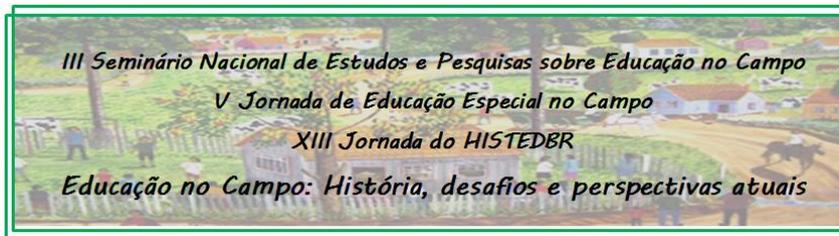
Para chegar ao processo de luta pela terra que temos hoje, denominado Reforma Agrária, vale destacar que historicamente vieram acontecendo lutas e reivindicações e que por volta de 1950, os movimentos sociais camponeses começaram a se organizar. Na década de 1960, surgem as Comunidades Eclesiais de Base, que também contribuem para a análise e debate da questão agrária.

No período do regime militar, como forma de controle da questão do campo, o Governo criou em 1970 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a partir da fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Com o início da ditadura em 1964, os movimentos sociais sofreram fortes repressões, contudo, mesmo enfrentando este período repressivo, nos anos entre 1979 e 1985 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) se consolidou como um movimento de luta e resistência à exclusão dos trabalhadores rurais.

Os desdobramentos das lutas populares, tanto no campo quanto na cidade, deram origem ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ambos lutando em favor dos direitos e interesses dos trabalhadores (FERNANDES, 2003). Segundo Martins (2000), a motivação de reivindicação pela reforma agrária era voltada para a solução de injustiças sociais e não um problema maior que consiste em uma mudança estrutural do país por redistribuição de terras de forma justa. O autor assinala que por parte da esquerda havia propostas de reforma agrária não muito definidas, de um lado apontando para o conservadorismo, de outro uma proposta radical. De acordo com Martins (2000) “A Igreja estava preocupada com a questão social do campo, mais do que com a questão agrária, em posição oposta à do Partido Comunista e por oposição a ele.” (p. 103).

Deste modo, fica evidente o fracionamento de classes, ou seja, o processo de luta pela terra neste contexto passa a ser uma disputa de poder. O foco da luta pela terra, da reforma agrária em si, fica para segundo plano. Martins (2000) nos traz a ideia de que a reforma agrária teve oportunidades de se concretizar de fato, porém a alternativa tomada

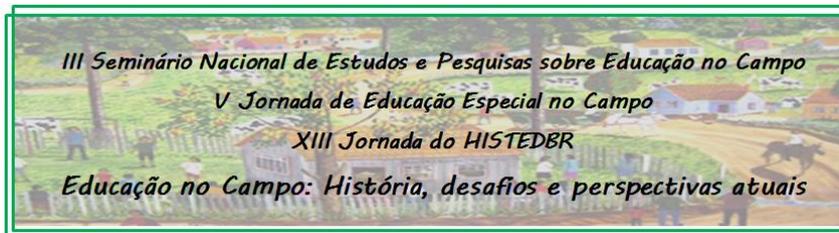
www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



para esta concretização sempre desviou deste foco, que consiste em resolver os problemas da questão agrária de fato. O agravante neste processo é que se consideram como assentados todas as pessoas credenciadas para receber um título de uso da terra, entendendo que houve uma reforma agrária quando na verdade consiste apenas em uma medida paliativa que deixa o sujeito dos assentamentos em péssimas condições, tanto físicas quanto econômicas e morais. Isso resulta apenas em números (estatística) para o governo e acaba não realizando uma política fundiária consistente, ou seja, foram concedidos muitos títulos, mas pouca terra. Muitos trabalhadores que já moravam nas terras receberam o título, foi apenas legalizado.

É fato que, por volta dos anos 1950 até a contemporaneidade, grande parte dos pequenos agricultores e, mais recentemente, também os assentados vivem em condições de precariedade, marcados pela miséria, falta de incentivos à pequena agricultura, sem acesso à escola e saúde pública de qualidade. As péssimas condições de trabalho no campo tem sido um dos principais fatores que desmotivam a permanência do homem do campo no campo. Magalhães [et al.] (2005) mostra que em 1950, 64% da população vivia no campo e no ano 2000 este número cai para 18,8. As péssimas condições de habitação, a precariedade de alimentos aliadas a falta de trabalho e salário são questões determinantes para esta migração campo/cidade.

Os dados do censo demográfico de 2010 do IBGE mostram que o número de pessoas no campo continua diminuindo, porém em ritmo menor. Se acompanharmos a tabela do censo demográfico de 2010 sobre a situação de domicílio da população do período de 1960 a 2010, teremos uma queda da população no campo a partir da década de 1980 e, conseqüentemente, o aumento nos centros urbanos. Verifica-se neste censo que entre as décadas de 1960 para 1970 houve um aumento da população camponesa, registrando mais de dois milhões e seiscentos mil pessoas no campo. Contudo, verifica-se ainda que nos anos seguintes inicia-se uma queda dessa população. De 1970 para 1980, temos uma queda de mais de dois milhões e quatrocentos mil pessoas. O censo de 1980 para 1991 registra que mais de três milhões de pessoas deixaram o campo nesta década. De 1991 para 2000, esse número é ainda maior, passando de quatro milhões e duzentas mil pessoas. Já no ano de 2010, o número de pessoas que deixa o campo é de mais de dois milhões, totalizando aproximadamente



trinta milhões de pessoas no campo. Podemos atribuir este aumento do êxodo rural de 1970 para 1980 e décadas seguintes à mecanização da agricultura que, conseqüentemente, diminuiu a necessidade de mão de obra no campo no país, fazendo com que esta população migrasse para as cidades em busca de outras oportunidades de emprego.

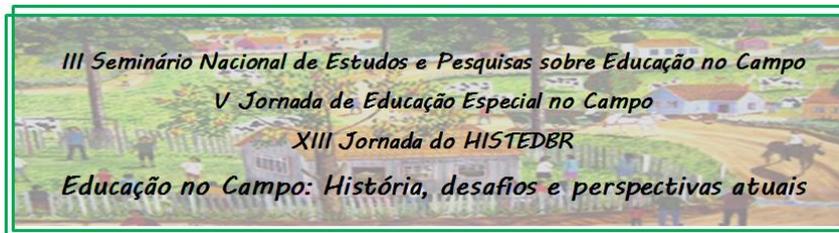
As péssimas condições de trabalho no campo neste período trouxeram o entendimento de que o problema do campo estava voltado para a falta de uma regulamentação do trabalho. “Dessa visão do problema rural resultou, antes do golpe de 1964, uma aliança parlamentar entre a esquerda, os trabalhistas e o que se poderia definir como liberais e nacionalistas para viabilizar a lei de regulamentação das relações de trabalho.” (MARTINS, 2000, p. 104). Esta regulamentação resultou no Estatuto do Trabalhador Rural no ano de 1962 e, como consequência, este estatuto enfraqueceu a luta que se tinha pela reforma agrária. Temos então, dois grupos neste período, de um lado, um que luta pela terra, e de outro lado, os que lutam por salário e direitos trabalhistas. Esta divisão de certo modo enfraquece a luta dos trabalhadores rurais.

Muitas greves de trabalhadores boias-frias ocorreram no país na década de 1980 como “[...] na zona da mata pernambucana e paraibana e no interior de São Paulo, Triângulo Mineiro, sul de Goiás, norte do Paraná e Mato Grosso[...]” (OLIVEIRA, 1994, p. 75). No interior do Estado de São Paulo, devido às péssimas condições de trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar também ocorrem conflitos, conforme Oliveira (1994) nos afirma:

[...] A greve de Guariba, em 1984, revelou ao país uma realidade atravessada pela violência [...] Violência dos usineiros e industriais do suco de laranja, que explorando ao extremo os trabalhadores pagam-lhes “salários de fome”. Violência do Estado que assiste impassível à exploração e a agrava taxando os trabalhadores com impostos elevados, contas de água e luz altas. A violência das manifestações de 84 foi uma reação a essa exploração cotidiana. (p. 75)

Com esta mobilização dos trabalhadores, os movimentos sociais e sindicais vêm ganhando força e mobilizando ocupações de terras improdutivas, buscando uma melhor distribuição das mesmas. Os movimentos passam a organizar trabalhadores, realizando reuniões a fim de explicar o que é a reforma agrária e defender a ideia da possibilidade

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



de conquista do seu pedaço de terra, para que possa sobreviver sem vender sua força de trabalho.

Muitos dos trabalhadores envolvidos neste processo de luta pela terra vieram de bairros periféricos, subúrbios e favelas. Pode-se dizer que são vítimas das péssimas condições de vida, desprovidos das condições básicas de saúde, educação e trabalho, que são tidos como itens básicos de sobrevivência. Devido à falta de acesso a escolarização, e por falta de qualificação mínima, muitas vezes esses trabalhadores são excluídos do mercado de trabalho.

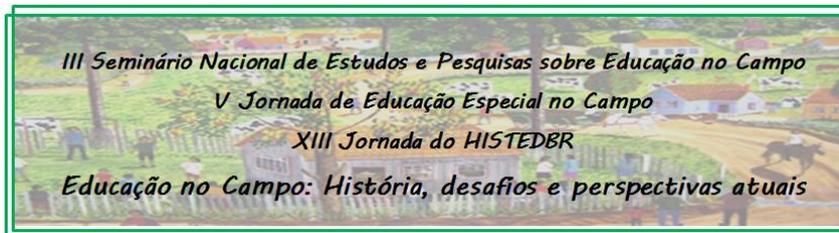
Diante dos vários conflitos enfrentados na luta pela terra e como maneira de sanar as injustiças sociais vividas na contradição da sociedade capitalista surgem os acampamentos e assentamentos como:

[...] novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que permite aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se /reproduzem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista. (OLIVEIRA, 1994, p. 18)

Os assentamentos tornaram-se uma perspectiva de futuro para os camponeses, trabalhadores rurais e boias-frias. De acordo com Oliveira (1994), durante uma década (1950-1960) as Ligas Camponesas foram organizadas em várias partes do país, porém, com o golpe militar de 1964 a repressão recai sobre estas organizações. Foi durante este período que a luta pela terra no Brasil ganhou uma dimensão nacional: as ligas camponesas organizavam as lutas dos camponeses contra o latifúndio, proporcionando assim uma grande visibilidade.

No contexto das reivindicações e da luta por melhores condições para os trabalhadores, no ano de 1982 começa a surgir no estado do Rio Grande do Sul a organização que mais tarde se consolida como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), liderado por João Pedro Stédile. (BRANFORD; ROCHA, 2004)

De acordo com Branford e Rocha (2004), antes mesmo da década 1960, os trabalhadores rurais já vinham se mobilizando em função da luta pela terra. Questões como o enfrentamento do desenvolvimento industrial e o encarecimento de alimentos



devido ao grande número de propriedades improdutivas contribuíram para este processo de luta e impulsionaram a criação dos movimentos sociais.

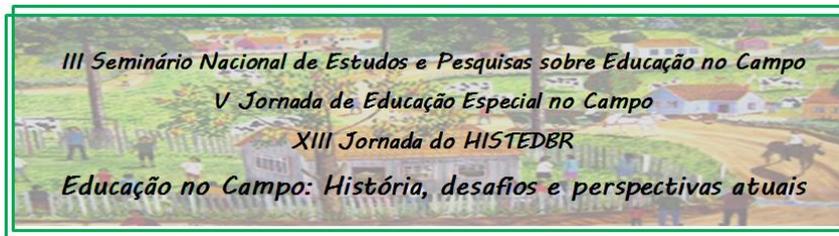
Neste contexto de reivindicações, no final da década de 1950, Branford e Rocha (2004) afirmam que no Estado do Rio Grande do Sul havia aproximadamente 270 mil famílias que buscavam sobrevivência através do acesso a terra. Considerando este processo de luta pela terra, o governador Leonel Brizola, na década de 1960, desapropriou alguns latifúndios em função da reforma agrária para estas famílias. Com o golpe militar, em março de 1964, o programa foi extinto e aconteceram os despejos das famílias.

Embora, entre 1979 e 1984, os trabalhadores rurais já se articulassem em torno da questão de luta pela terra, a consolidação do MST se dá no ano de 1984, em uma reunião no município de Cascavel, no interior do Estado do Paraná. O MST surge em uma época ainda conturbada no Brasil, num momento em que o país se livrava de um regime aplicado por um golpe marcado por censura, repressão e muito conflito, sendo o conflito da luta pela terra apenas mais um neste contexto. Com o retorno das lutas pela terra de forma articulada, principalmente na região sul do país, surge o MST, através da organização e mobilização de um grupo de trabalhadores que se concretizou em uma reunião histórica de 21 a 24 de janeiro de 1984.

Após a ditadura, na década de 1980, os movimentos sociais voltaram a se organizar em torno de seus objetivos, a fim de combater as desigualdades sociais e garantir uma melhor distribuição das terras improdutivas, buscando assim, a promoção da justiça social. Na segunda metade da década de 1980, o MST começa a se expandir para as demais regiões brasileiras, até então sua atuação estava centrada na região sul do país. Oliveira (1994) destaca algumas lutas que foram se formando neste período e que estavam em evidência no processo de luta pela terra: “luta das nações indígenas, dos posseiros, dos peões, dos camponeses subordinados, dos desapropriados nas grandes obras do Estado, dos “Brasiguaios”, dos Sem Terra, e a luta dos trabalhadores bóias-frias.” (OLIVEIRA, 1994, p. 55)

Oliveira (1994) considera que neste momento existia uma forte necessidade de reforma agrária. Uma reforma que ampliasse a produção de alimentos e também como uma forma de contenção da migração campo/cidade.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



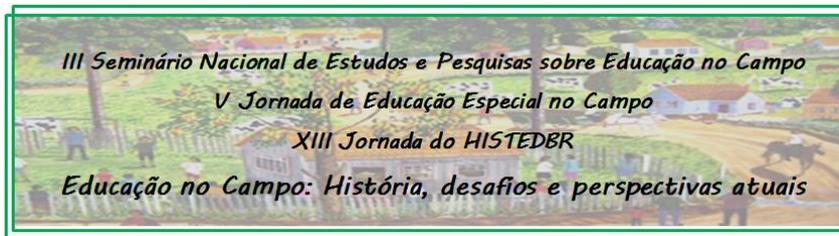
Em 1988, com a nova Constituição Federal, mesmo com a aprovação da reforma agrária ainda era necessária a criação de uma lei complementar, que se deu apenas em 1993. Ainda com a criação da nova lei, a desapropriação das terras ainda era impedida pelos ruralistas. Segundo Bezerra Neto (1998), no processo constituinte de 1987/88, o MST se contrapôs a bancada ruralista, defendendo as conquistas e avanços sociais que a União Democrática Ruralista (UDR) buscava impedir.

Neste processo de redemocratização do Brasil, o MST vai se caracterizando como movimento social de massa de caráter popular que se consolida a partir das ocupações e das lutas pela implementação de uma reforma agrária.

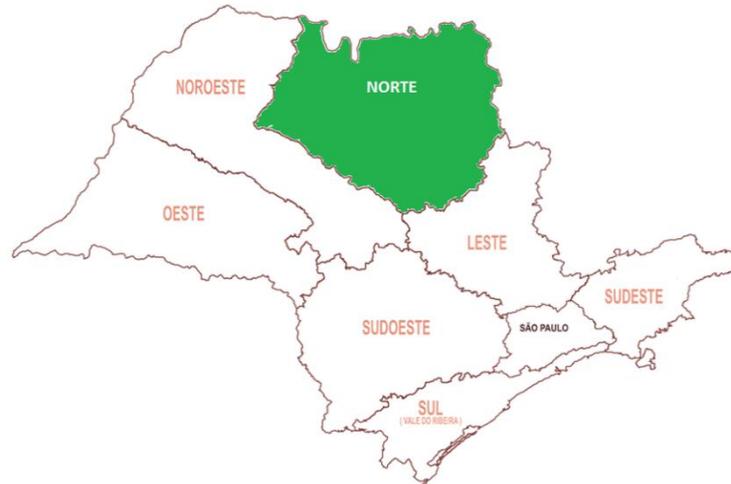
Aos poucos, o MST vai ampliando sua estrutura, criando escolas e cooperativas, dando ênfase para educação como processo formativo. Com o objetivo de melhor distribuição e comercialização dos produtos dos assentamentos, “A partir de 1992, o MST criou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), buscando englobar todas as cooperativas formadas em assentamentos surgidos a partir da luta pela Reforma Agrária. (BEZERRA NETO, 1998, p. 24)

A luta pela terra no Assentamento Guarani

O assentamento Guarani está localizado nas terras da antiga Fazenda Horto Florestal Guarani, pertencente à Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), que está localizada entre os municípios de Pradópolis e Guataporá, na região de Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo. A área possui uma extensão de 4.190,22 hectares (1.731,49 alqueires paulista), no qual eram produzidos eucalipto e criação de gado nelore.



Mapa - Estado de São Paulo



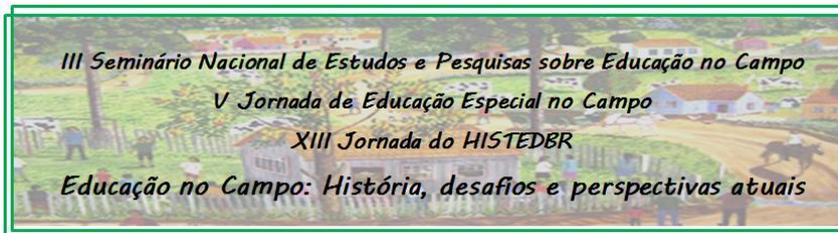
Fonte: ITESP, 2013 (<http://www.itesp.sp.gov.br/itesp/mapa.aspx>)

A fazenda está localizada em uma região com forte presença do agronegócio, onde atualmente acontece a principal feira de tecnologia agrícola do país, conhecida como *AgriShow*, na cidade de Ribeirão Preto, que recebe o título de Capital Nacional do Agronegócio. A região está cercada por extensas plantações de cana-de-açúcar, da qual vale destacar a Usina São Martinho S.A, considerada uma das maiores produtoras de açúcar e álcool do mundo.

Depois de seis anos acampados e após muitas negociações, em 1998 as terras foram desapropriadas para fins de reforma agrária, em processo coordenado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo 'José Gomes da Silva' (ITESP). A área da fazenda foi dividida em 274 lotes agrícolas, cada um com extensão de 11,38 hectares, que foram distribuídos para 274 famílias. Destes, 214 lotes agrícolas estão localizados no município de Pradópolis e 60 no município de Guataporá.

Este período pode ser considerado um marco importante na história do assentamento, não apenas pela questão da legalização das terras para fins de assentamento, mas pela questão da divisão dos lotes e da individualidade que passou a ser mais forte neste momento. Embora a homologação de todo o processo tivesse ocorrido no ano de 1998, os créditos rurais do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) só foi concedido no ano de 2001 no valor de doze mil reais para

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



cada família. Sobre os créditos concedidos aos assentados, Carvalho (2011 p. 134) nos apresenta a seguinte tabela:

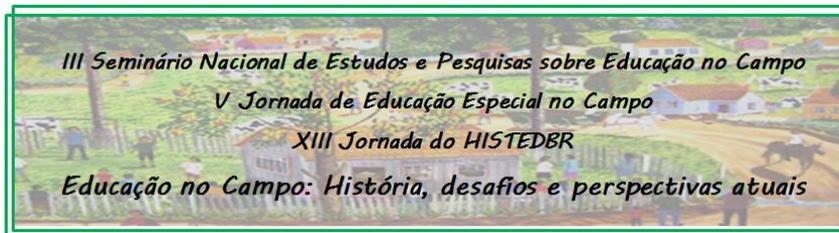
Tabela 1- Créditos disponibilizados para o assentamento Horto Guarani, por ano

no	Tipo de Crédito	Valor Acessado	Observações
001	PRON AF A	R\$ 12.000,00	Investimento na produção agropecuária inicial. Todos os assentados tiveram acesso, mas a inadimplência é superior a 70%.
002	HABIT AÇÃO	R\$ 5.000,00	Construção de moradia.
002	FOME NTO	R\$ 800,00	Destinado à alimentação, produção e compra de utensílios agrícolas básicos, para desenvolvimento inicial.
002	PRON AF A/C	R\$ 2.500,00	Crédito destinado ao custeio das atividades agropecuárias.
005	PRON AF MULH ER	R\$ 7.000,00	Destinado a projetos encaminhados pelas mulheres assentadas. Apenas 25% que estavam adimplentes com o PRONAF A tiveram acesso ao recurso.

Fonte: CARVALHO, 2011

Após a consolidação do assentamento, a questão do despejo das terras deixou de ser uma preocupação, e cada família começou a tentar a produção individual em seu lote. Uma grande parte das famílias assentadas enfrentou dificuldades relacionadas à falta de água, que é determinante para a produção. A derrubada completa dos eucaliptos da fazenda concretizou-se apenas por volta do ano de 2004.

Até este período, a economia do assentamento se baseava na produção de carvão como forma de utilizar as madeiras e obter uma renda para as necessidades básicas. No entanto, devido a grande oferta de carvão pelos assentados, o produto foi desvalorizado, pagando-se muito pouco. As terras no início do assentamento podem ser consideradas



inférteis, porque o cultivo de eucalipto deixou-as altamente danificadas para produção de lavoura, tendo como consequência uma baixa produtividade.

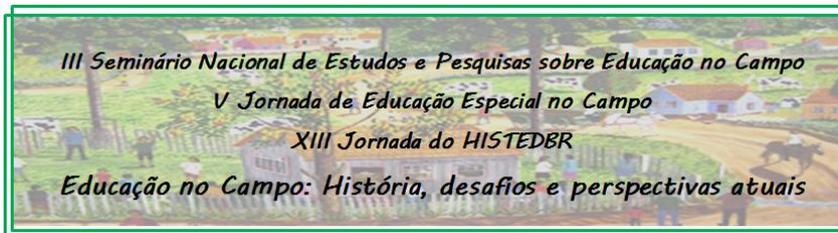
Considerando que o ano de 1998 era um ano eleitoral, o assentamento que nascia passou a ser alvo dos interesses de muitos candidatos políticos, recebendo promessas, principalmente de ônibus escolar, água em caminhão-pipa e energia elétrica. A disponibilização do ônibus escolar possibilitou que muitos alunos voltassem a estudar, frequentando o ensino médio noturno e cursos supletivos.

Com a legalização das terras, embora sem financiamentos, o assentamento começou a receber alguns benefícios como a destoca para melhor manutenção do solo e calcário para correção da acidez. A destoca ainda proporcionava a atividade carvoeira, dando ainda uma renda.

Já em 2001, com a viabilização do primeiro crédito rural, aumentaram as perspectivas de melhorias das condições. Contudo, o assentamento ainda enfrentava alguns problemas neste momento, dentre eles: a falta de água, energia elétrica e solo em péssimas condições, visto que mesmo com muito calcário, necessitava de adubos mais fortes. Muitos optaram por fazer poços semi-artesiano para suprir a questão da água, o que custava em média metade ou mais do valor do financiamento. Neste sentido, acredita-se que a falta de orientação técnica sobre a produção a ser realizada e a aplicação dos recursos contribuíram para o endividamento dos assentados.

Com o financiamento disponibilizado, alguns assentados resolveram trabalhar em grupos e, outros, decidiram trabalhar individualmente. Um dos projetos comunitários foi o projeto Estufa, realizado em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que tinha o objetivo de produzir alimentos para o restaurante universitário, mas inúmeros problemas foram aparecendo até o projeto entrar em colapso. Em um projeto que envolve algumas famílias a renda tem que ser suficiente para a subsistência de todos, o que não aconteceu devido a complicações na produção como a falta de energia elétrica e água para a irrigação.

Algumas famílias investiram na criação de gado, atividade que foi rentável até o período da seca. Os pastos começaram a diminuir e o investimento em ração se tornou muito caro, obrigando muitas vezes a vender parte do gado por um preço muito inferior ao valor de mercado.



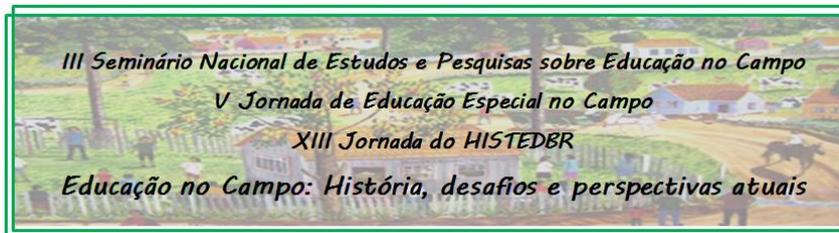
Vale destacar que ainda com a retirada dos eucaliptos, as terras estavam muito enfraquecidas e que o valor investido não foi suficiente para trabalhar no lote. Como mencionado na tabela 1, foram concedidos outros créditos aos assentados para que eles complementassem este primeiro financiamento e também para a construção das casas que, embora não fossem suficientes para construção de uma habitação confortável, auxiliou de alguma maneira para se iniciar a construção.

De acordo com os levantamentos de dados da Fundação ITESP registrados na Caderneta de Campo da instituição, o Assentamento possui em torno de 1075 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos.

As dificuldades do assentamento após a aplicação dos financiamentos sem resultado positivo causou um grande número de inadimplentes. As condições de investimentos no lote foram as alternativas descartadas pela maioria dos assentados e a busca de trabalho externo foi a solução viável. Neste momento, começa-se a discutir a possibilidade de parcerias de trabalho com algumas empresas, a Seara Alimentos foi uma das primeiras opções para a criação de frangos, porém neste projeto exigia-se um valor de investimento do produtor, o que tornava impossível o projeto. Nesta busca por uma atividade rentável começa-se as negociações com a Usina São Martinho para a plantação de cana-de-açúcar. O único investimento neste projeto seria a mão de obra, o restante seria contraparte da usina, que financiaria todos os gastos para pagamento com o lucro da produção de cana no lote do assentado.

Projeto Cana-de-açúcar

Apesar das famílias do assentamento Guarani utilizarem mão de obra própria nos trabalhos de preparação das terras para o cultivo, o valor disponibilizado através do PRONAF não foi suficiente para a destoca, construção de poços, preparação da terra, correção do solo e aquisição de sementes, estagnando esse processo antes mesmo do plantio. A falta de recursos financeiros e de insumos não possibilitaram a continuidade das atividades, situação que algumas vezes obrigou muitos assentados a buscarem uma renda através do trabalho assalariado, no intuito de suprir as necessidades básicas da família, como alimentação e vestimentas e também investir na plantação no lote.

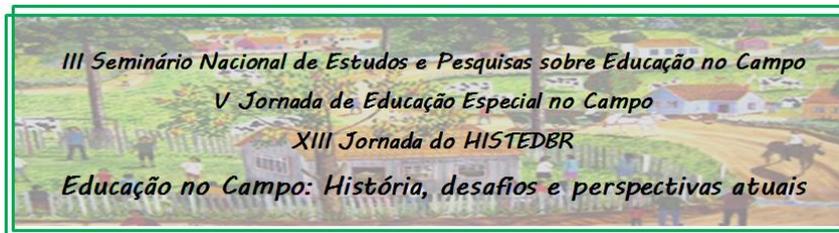


Diante dessas dificuldades e na busca de alternativas surgiu a proposta do projeto de parceria entre o assentamento e uma agroindústria canavieira da região, a Usina São Martinho S.A. Para viabilizar o projeto, os assentados formaram uma associação denominada Associação Agrícola Verde Canaⁱⁱ, na qual participam 77 famílias. Para a realização do projeto, foi necessária a publicação de uma Portaria do ITESP autorizando o cultivo de culturas agroindustriais em assentamentos, a qual foi implementada nos termos da Lei Estadual n. 4.957, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre planos públicos para valorização e aproveitamento dos recursos fundiários.

Em 2004, a portaria 77 entrou em vigor, visando principalmente promover o desenvolvimento sustentável, o aproveitamento das terras, geração de renda adequada e o aumento da produção agrícola, autorizando o plantio de culturas destinadas a venda para agroindústrias. Em lotes com área de até 15 hectares, permite-se a ocupação com até 50% para culturas com fins industrial, exigindo a participação direta do assentado na produção, seja coletiva ou individualmente e, ainda, prevê o cultivo de gêneros alimentícios na parte remanescente do lote. Por parte da agroindústria, a portaria exige compromisso de compra de toda a produção na época da safra e, no caso de plantio de cana-de-açúcar, a empresa se torna obrigada a recuperar o solo após o encerramento do ciclo da cana, sem ônus para o assentado.

O projeto de parceria foi proposto e moldado pela usina, que assumiu as responsabilidades pela preparação da terra, utilizando seu maquinário, fornecendo os fertilizantes e os venenos necessários para a equiparação da terra para o plantio da cana-de-açúcar. Os assentados, além de utilizarem parte de suas terras para o plantio, fornecem a mão de obra necessária para a plantação, o cultivo com a carpa e a colheita manual, como previsto na Portaria 77/2004.

A usina investiu em torno de quarenta mil reais em cada lote para preparação da terra. Esse valor é pago (ressarcido) pela família detentora do lote, com parcelas anuais após o corte da cana. O contrato de parceria entre os assentados e a Usina tem duração de cinco anos. Sobre o projeto em questão, Carvalho (2011) em sua pesquisa realizada no mesmo assentamento constata que:

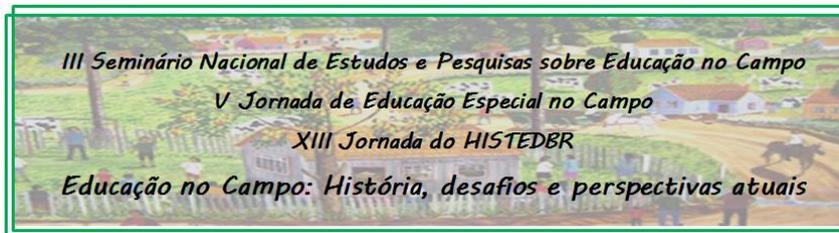


Mesmo sendo uma fonte de conflitos institucionais, o plantio da cana-de-açúcar, em parceria com usinas sucroalcooleiras, é a atividade mais rentável desenvolvida no assentamento. Segundo dados colhidos in loco, a renda média gerada na safra 2009/2010 foi de aproximadamente R\$ 18 mil. Conforme entrevista com um dos técnicos responsáveis, o valor máximo registrado foi de um assentado que colheu 900 toneladas de cana, o que resultou em aproximadamente R\$ 30 mil ao fim da safra e o que menos produziu conseguiu uma renda aproximada de R\$ 11 mil. (p.135)

Diante disso, percebemos que mesmo o trabalhador possuindo a terra, isso não é suficiente para sua independência. Os insumos e a falta de conhecimento também são questões determinantes, isso mostra que mesmo o trabalhador possuindo a terra, não é uma garantia que ele produzirá na mesma.

Arroyo (2012) aponta uma questão interessante que podemos pensar a partir da realidade do assentamento em questão. O autor ressalta a luta dos movimentos sociais, principalmente do campo, que faz um trabalho de resistência a concentração de terras e a exploração do trabalho e, neste movimento de contradição, o assentamento assume um trabalho junto ao agronegócio que acaba dando outro direcionamento aos objetivos da luta pela terra, porém as condições de vida e as necessidades imediatas de sobrevivência levam o assentado a isso. Segundo Arroyo:

A disputa pela terra é mais do que pela terra. Porque terra é mais do que terra. Terra é vida, trabalho, é disputa entre processos civilizatórios. Aqui toda disputa por terra, trabalho, vida toca em cheio com a educação, humanização dos povos que trabalham e disputam a terra. De um lado, os processos de sobre-exploração, concentração-apropriação da terra na exploração do capital e dos coletivos humanos que nela trabalham e dela vivem, dos povos do campo, mercantilizados, dizimados com a destruição da produção camponesa, destinada à produção de alimentos, de vida e da garantia do trabalho. Processos antipedagógicos de desumanização. De outro lado, a terra, palco de humanização, emancipação. Os movimentos sociais do campo, em sua diversidade, resistem a esses processos de sobre exploração-concentração-apropriação das terras, territórios, reafirmando traços civilizatórios, culturais e humanizantes, colados às formas de relação com a natureza, com a terra, com a produção da vida, dos valores e das culturas. Com o trabalho camponês. (2012, p. 87)



Por um lado, podemos considerar que este processo de trabalho vinculado ao projeto a partir de um processo educativo acaba por deformar o trabalhador, fazendo com que perca a sua diversidade cultural, pois ele se torna mero executor de procedimentos, não reconhecendo sua diversidade, inutilizando seus conhecimentos prévios e, muitas vezes, não se reconhecendo neste novo processo de trabalho. Por outro lado é importante que se considere as condições materiais de sobrevivência que tal projeto oferece em relação a inúmeros outros projetos sem êxito já executados pelos assentados. Pode-se entender que neste caso a agroindústria assume o papel do estado, porém sempre em função de seus interesses próprios.

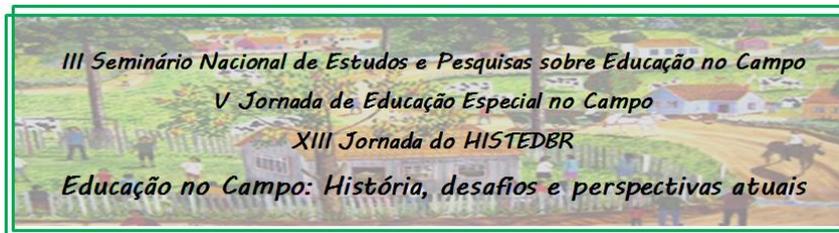
Diante deste projeto, o trabalho para a agroindústria é mascarado, o trabalho é submetido indiretamente para a usina. Aparentemente o trabalhador é autônomo, trabalha para si mesmo, mas a dependência é total ao capitalista. Os insumos, a tecnologia, máquinas e planejamento do trabalho já são recursos prontos e pouco se diferenciam das grandes fazendas. A diferença da maneira como é desenvolvido o trabalho e as técnicas se dá apenas pela quantidade de terras que é reduzida.

Esta questão apresenta uma grande dualidade de posicionamento. O assentamento foi se constituindo de forma precária, os financiamentos e projetos, segundo os assentados, foram liberados com grande atraso, sem contar a falta de técnicos especializados para prestar assistência a todos os assentados. A falta de assistência, a falta de resultados satisfatórios em projetos desenvolvidos, o não retorno financeiro e as necessidades básicas de sobrevivência comprometidas são questões determinantes para aceitação de um projeto que demanda dos assentados apenas a mão de obra. Além de ser um projeto que apresenta possibilidades de grandes retornos financeiros e totalmente financiado, sem custo algum para o trabalhador.

Parceria: uma solução ou uma medida paliativa?

No movimento de contradição da sociedade, podemos elencar os assentamentos como um espaço de lutas e conquistas que veicula contradições. Como já dito, a luta pela terra é uma questão histórica e que já originou muitos embates. Após muitos conflitos e tentativas para produção da sobrevivência, alguns assentamentos acabam buscando alternativas em parcerias com o agronegócio.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



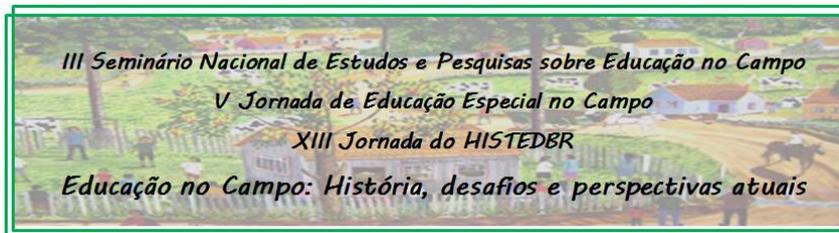
A não inserção de movimentos sociais ou grupos organizados coletivamente é uma realidade crescente nos assentamentos de reforma agrária, não é especificidade do Assentamento Guarani. A Reforma Agrária apenas para a produção de alimentos através da agricultura familiarⁱⁱⁱ se constitui em um viés ideológico que não se sustenta mais diante das péssimas condições que vivem os assentados, fazendo com que os mesmos busquem outras atividades. Diante da busca de solução para este problema, a pluriatividade se torna a alternativa viável.

A pluriatividade não é uma questão específica do Brasil, de acordo com os estudos de Kageiyama (2001) estas formas de renda “tornaram-se amplamente difundidas em todos os tipos de países do mundo, constituindo um mecanismo indispensável para a sobrevivência das famílias rurais ou que dependem da agricultura. (p. 61)” Esta questão mostra o quanto ainda está precário o trabalho do campo, mesmo com incentivos ainda faltam questões de melhorias que são determinantes, pois o investimento financeiro apenas não é suficiente quando não se tem um retorno satisfatório para manutenção da família, o que gera um grande número de camponeses a praticar a pluriatividade.

Não é a realidade apenas do assentamento Guarani onde encontramos os familiares e até mesmo o chefe de família envolvido em atividades fora do assentamento para busca de renda e sustento da família. Barbosa, Ferrante e Durval (2010) descrevem a realidade do assentamento Horto Bueno de Andrada^{iv},

Na grande maioria, os filhos e netos estão sempre envolvidos com atividades fora do assentamento, algumas das vezes encontramos o “chefe” de família trabalhando fora do assentamento. Por necessidade econômica, já que a produção agrícola não consegue absorver toda a família. Seja pela mecanização que facilita o trabalho como é o caso das granjas, ou pela pouca produtividade, onde apenas um percentual da terra disponível é utilizado. (p. 207)

No Assentamento Guarani, a busca por parceria junto ao agronegócio surge após esgotadas todas as possibilidades de investimento no lote. Muitas vezes a pluriatividade acarretada pelas péssimas condições de vida dos assentados acaba tirando o foco do trabalho na terra. Diante das atividades externas que acabam fazendo parte do cotidiano dos assentados a construção civil e o corte de cana são atividades de grande inserção



dos assentados principalmente. Tal afirmação, vem complementa o que Kageyama afirma, pois,

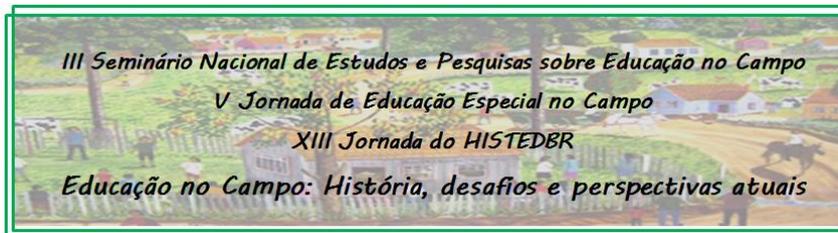
No Brasil, os principais “setores” de atividades não-agrícolas da População Economicamente Ativa (PEA) rural em 1997 eram o emprego doméstico (17% da PEA rural não-agrícola), construção civil (10,9%), estabelecimentos de ensino público (8,5%) e comércio de alimentos (5%). (KAGEYAMA, 2001, p. 58)

Diante das necessidades básicas de sobrevivência, o assentado se vê obrigado a buscar alternativas que fogem dos ideais de luta pela terra, que buscam fugir do regime de exploração capitalista, através da produção própria. Porém de acordo com Roos (2012) a luta pela terra se configura nos assentamentos de reforma agrária como um território em disputa. A luta pela terra não termina com a conquista da terra, pois com projetos de parceria com a agroindústria o assentado está sujeito a lógica capitalista de exploração.

Entretanto, as disputas territoriais entre campesinato e agronegócio não terminam com a criação dos assentamentos rurais, nesse sentido, aponta-se também para a conflitualidade entre campesinato e agronegócio existente após a conquista da terra. (ROOS, 2012 p.7)

Diante das poucas alternativas de produção da existência que sobram aos assentados, a parceria junto a agroindústria aparenta ser a mais viável diante das possibilidades. Diferentemente da pluriatividade, a busca por empregos assalariados, no projeto de parceria os assentados desenvolvem atividades no seu próprio lote de terras, possibilitando que o mesmo possa cultivar através da agricultura familiar a outra metade do lote com rendimentos do projeto. Ferrante e Almeida (2008) apontam que a conjuntura favorável ao desenvolvimento da monocultura, tem levado usineiros a busca da ampliação da sua produção. Diante disso a falta de políticas públicas para os assentamentos viabiliza a adesão ao projeto.

Os financiamentos atrasados também são é uma questão que contribui para a não efetivação dos projetos, além do valor insuficiente, geralmente chega alguns meses após o período de plantio. Isso dificulta a execução dos projetos na época adequada. Assim como Marx (1996) descreve a questão do salário como um valor calculado e baseado na



soma de recursos mínimos para a sobrevivência do trabalhador se reproduzir como tal, o estado atua nos assentamentos, oferecendo o mínimo possível aos assentados através de financiamentos, são valores que na prática mantém o sujeito em condições de precariedade diante dos custos exigidos para a produção. Desta forma o assentado continua na situação vulnerável a que se encontrava antes do processo de luta pela terra.

Assim, podemos afirmar que vários fatores influenciam para que os assentamentos não se desenvolvam de maneira satisfatória, garantindo condições dignas de sobrevivência, entre esses fatores a falta de água foi apontada como questão determinante para o desenvolvimento insatisfatório dos projetos, seguido da questão do solo que não estava em boas condições para qualquer tipo de plantio. A falta de conhecimentos para melhor investimento foram determinantes no não sucesso da aplicação financeira. O valor do financiamento foi apontado como insuficiente para as questões de primeira ordem, como perfuração de poços artesianos e correção do solo.

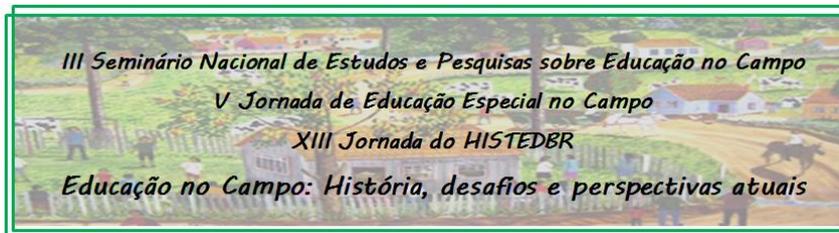
O assentado vive sob as condições capitalistas, porém não em condições capitalista. Neste aspecto a agroindústria aproveita para obter vantagens, gerando uma nova forma de apropriação e exploração do trabalho. Agora, não mais o uso do trabalhador assalariado e sim o assentado que produz a mais-valia através dos projetos de parceria. Diante desta questão Oliveira (2007) pondera que:

Nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista. (OLIVIRA, 2007, p.32)

Não se pode negar que, enquanto sujeitos individuais, os assentados se beneficiam do projeto de parceria, considerando a sua situação inicial e as condições que estava submetido, pois mesmo com o acesso à terra e as assistência mínimas oferecidas pelo estado, não foi possível estabelecer uma independência através do trabalho no lote

Possuir o acesso à terra apenas não é suficiente, insumos e conhecimentos são necessários. Desta forma, constitui-se uma nova relação de exploração do trabalho, no qual o assentado tem o direito de permanência e produção na terra e produz com a

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



tecnologia oferecida pela agroindústria e para a agroindústria, utilizando mão de obra do próprio assentado. Considerando as condições que se dão este projeto, e que o cultivo da cana-de-açúcar não demanda um trabalho constante, os assentados puderam garantir o sustento apenas do trabalho desenvolvido no lote, e não mais a busca pelo trabalho externo. Um dos pontos positivos da parceria foi a possibilidade de investimento e trabalho no lote inteiro.

Considerações Finais

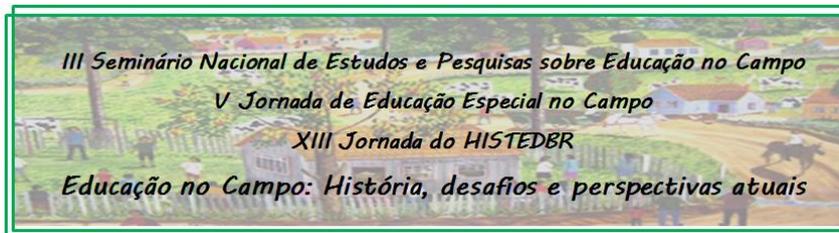
A separação do trabalhador dos seus meios de subsistência resulta no processo de luta pela terra, porém o trabalhador ao retomar o acesso a terra não consegue produzir na mesma, devido à falta de insumos para a produção, como falta de água, equipamentos, financiamentos, assistência técnica entre outros, a terra é apenas uma parte dos meios de produção.

Dessa maneira, entendemos que esta relação abordada deve ser compreendida em sua própria contradição. O trabalho e a educação podem servir como instrumentos de dominação, acarretando dependência vinculada à necessidade da produção da própria existência como também instrumentos de emancipação. No movimento de contradição da sociedade temos a luta pela terra que se configura como uma luta contra a exploração e visa a justiça social. Em contraponto, temos poder do capital, que está a todo tempo se renovando e criando novas estratégias para acumulação.

Os assentamentos, desprovidos de projetos e políticas públicas e sem qualquer tipo de assistência direcionada aos assentados, acabam abrindo espaço para intervenção do capital através dos projetos agroindustriais que assumem o papel do Estado na execução dos projetos e geração de renda para população assentada. A agroindústria, nesta relação de parceria com o assentado, acaba criando uma nova forma de exploração do trabalho. Tanto mão de obra quanto terras para plantação são necessários para produção da agroindústria e, nesta parceria, a agroindústria obtém isso sem custo, visto que não se paga o salário nem o aluguel da terra. A usina oferece sua tecnologia e seus maquinários para produção em larga escala.

Ainda cabe-nos uma indagação sobre qual o direcionamento deste processo todo, ou seja, qual saber resulta para o trabalhador assentado, como isso interfere na sua vida

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



e como este processo todo educa o trabalhador. Este processo antagônico em que o trabalhador se encontra, entre a monocultura agroindustrial e a agricultura familiar, faz com que o sujeito histórico da reforma agrária desperte outras lógicas e práticas próximas àquelas do agronegócio. Embora os resultados do projeto possibilitem condições de investimento no restante das terras, a lógica que se busca é a mesma para a produção em larga escala para acumulação.

A ausência das condições estruturais para o desenvolvimento do assentamento aliada a situação precária vivida pelos assentados, como observado no assentamento Guarani, acaba se tornando um território desterritorializado da reforma agrária, revelando o descaso que a mesma é tratada. A parceria junto a agroindústria acaba criando um território do agronegócio nas terras do assentamento, com uma nova forma de exploração do trabalho, chamada de parceria, no qual a mão de obra e a terra não são mais partes da agroindústria.

Referências

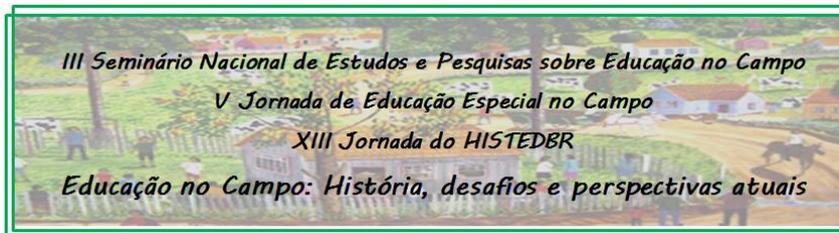
ARROYO, Miguel G. Trabalho e Educação nas disputas por projetos de campo. In: *Dossiê: Trabalho e Educação: Diversidade e Lutas sociais no campo. Trabalho & Educação*. Belo Horizonte, v.21, n.3, p.81-93, set./dez.2012.

BARBOSA, Reginaldo; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; DURVAL, Henrique Carmona. Entre a parceria e a diversificação agrícola: a reconstrução dos assentados sobre o seu viver. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. *Retratos de Assentamentos*. Araraquara – SP, N.º 13,2010

BEZERRA NETO, Luiz. *Sem Terra aprende e ensina: Um estudo sobre as práticas educativas e formativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST - 1979-1998*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 1998.

BRANDFORD, Sue. ROCHA, Jan. *Rompendo a cerca: a história do MST*. 1º Ed. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

CARVALHO, Joelson Gonçalves. *Questão agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2011.



FERNANDES, Bernardo Mançano. *Reforma agrária no governo Lula: A esperança..* 2003. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf (Acesso: 10/06/2013) 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010.** 2010 Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>
KAGEYAMA, Angela. *As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras.* Agric. São Paulo, SP, 48(2):57:69, 2001.

MAGALHÃES, Claudia; SOURIENT, Lilian; GONÇALVES, Marcos; RUDEK, Roseni. *Passaporte para Geografia.* Vol. 2. São Paulo: Editora do Brasil, 2005.

MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível.* Tempo Social; Rev. Sociol. USP,S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

MARX, K. *O capital: crítica da economia política.* Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, (Os Economistas). 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A Geografia das lutas no Campo.* 6º ed. São Paulo: Contexto, 1994.

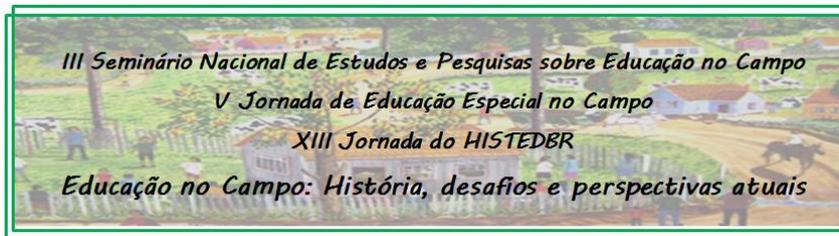
OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.* São Paulo: FFLCH, 2007.

ROOS, Djoní. *A disputa pelo território: agricultura camponesa versus agronegócio nos assentamentos do centro-sul paranaense.* Centro de Estudos de Geografia do Trabalho. Presidente Prudente, 2012.

ⁱ A origem da expressão “Ligas Camponesas” esta relacionada ao movimento de organização de horticultores da região de Recife pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), durante seu curto período de legalidade na década de 40. Esse movimento decorreu do fato de, na época, os sindicatos rurais serem inconstitucionais. (OLIVEIRA, 1994, p. 26)

ⁱⁱ A Associação Agrícola Verde Cana, foi criada no intuito de possibilitar a viabilização da plantação de cana-de-açúcar, no assentamento Guarani, juntamente com a Usina São Martinho S.A. O projeto é autorizado através da portaria 77/2004. Como já descrito, no referido projeto a usina financia o plantio, porém os assentados também tiveram acesso aos créditos de financiamentos do Governo Federal para desenvolverem projetos e promover seu auto sustento. Então porque se faz necessário um novo projeto que financie o plantio? Então vale entender qual a visão que se tem do agronegócio? Como o capital interfere na vida dos assentados? E qual a disponibilidade para aquisição de insumos? Como sobrevivem este processo de reprodução das relações de trabalho, mediada pelo capitalismo? Considerando que a Reforma Agrária vem na contramão deste sistema e o homem do campo e o homem da cidade são partes desta sociedade, que estão sujeitos a modernidade, então como se da a relação da educação e trabalho para os assentados?

ⁱⁱⁱ A base de uma política estratégica de desenvolvimento para o campo, numa visão classista dos trabalhadores, pressupõe modelo à partir de diretrizes que tenham a unidade familiar como exemplo de



ocupação fundiária e a agricultura familiar como elemento gerador de renda e trabalho, em harmonia com o meio ambiente, combate à miséria e à fome.

Para a entidade, essas diretrizes norteadoras consistem no Fortalecimento da Agricultura Familiar e a realização da Reforma Agrária, na busca por modelo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário para eliminar desníveis socioeconômicos, ampliar políticas públicas para a categoria e gerar oportunidades de trabalho e renda ao garantir:

- * Políticas de produção e comercialização, abertura de mercados institucionais;
- * Assistência Técnica, ciência e tecnologia para desenvolvimento da categoria;
- * Reforma Agrária, com disponibilização imediata das terras que não cumprem a função social, maior celeridade nos ritos processuais que avaliam a produtividade da área e correção nos critérios que determinamos Índices de Produtividade da Terra;
- * Regularização Fundiária;
- * Políticas educacionais voltadas para a erradicação do analfabetismo e aumento de escolaridade dos trabalhadores possibilitando acesso ao ensino público fundamental e médio, cursos técnicos e ensino superior;
- * Políticas de saúde e atendimento digno;
- * Políticas culturais para resgate, ampliação e valorização da cultura popular brasileira;
- * Previdência social que assegure condições dignas aos trabalhadores aposentados;

Um dos pontos fundamentais para o modelo de sociedade supracitado, é ter como base a Agricultura Familiar, que responde a 10% Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e, conforme Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2006, emprega mais de 80% da mão-de-obra no setor rural, produz 70% dos alimentos produzidos no País.
<http://www.fafcut.org.br/index.php?tipo=pagina&cod=6>

^{iv} Município de Araraquara, região central do Estado de São Paulo. O assentamento também é coordenado pela Fundação ITESP.